

ÍNDICE INDICE

- 8** O meu olhar desde os cocurutos nas povoações empoleiradas
Conceição Lopes

- 10** Mediterraneidade — o espírito do Mediterrâneo
Fernando Santos Pessoa

- 13** Povoados alcandorados do Mediterrâneo
Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martínez, Desidério Batista, Vítor Ribeiro

ENTRE MARGENS ENTRE LES MARGES

- 16** Águas de Mértola: 2000 anos de abastecimento, armazenamento e gestão da água num povoado alcandorado
Virgílio Lopes, Susana Gómez Martínez, Mária de Fátima Palma, Cláudio Torres, Miguel Reimão Costa

- 22** Le géomorphosite culturel de Matmata (sud-est tunisien): paysage et habitats troglodytiques
Nouri Boukhchim

- 27** A aldeia berbere de Zroua nas montanhas meridionais da Tunísia: identidade e dinâmica da paisagem mediterrânica
Desidério Batista, Miguel Reimão Costa

- 33** Kourbous à l'époque moderne, renaissance et extension d'un village et d'une station thermale en montagne au Cap-Bon (nord-est de la Tunisie)
Beya Abidi

ENTRE PONTOS ENTRE LES POINTS

- 38** Mediterrâneo: um certo genius de habitar
Gonçalo Duarte Gomes

- 43** Las comunidades de Djebel Sirwa (Anti-Atlas, Marruecos): hacia una relación entre hábitat y economía
José María Moreno Narganes, Hacomar Ruiz González, Efraín Marrero Salas, Jared Carballo-Pérez

- 49** Centralidades encaramadas. Ciudades medias de las sierras béticas desde una perspectiva territorial e histórica. Los casos de Estepa y Osuna
Blanca del Espino Hidalgo, Francisco José García Fernández

- 55** Monte Cabeço da Cardo, 226 metros de altitude. Um percurso entre o Mediterrâneo e a faixa atlântica para reconhecimento dos valores do vernáculo
Cláudia de Oliveira Calado Gaspar

ENTRE MONTANHAS ENTRE LES MONTAGNES

- 60** Tagnit n'Abdiy. A arquitetura e a paisagem da região nordeste do Anti-Atlas em Marrocos
Miguel Reimão Costa, Desidério Batista

- 66** Zriba, un village perché du mont Zaghouan (nord-est tunisien)
Meriem Marzouki

- 71** Lecture architecturale, paysagère et culturelle d'un village perché — cas de Takrouna, Tunisie
Ons Najjar, Raja Gzara

- 76** Além da casa sem nome. Novos estudos: Constantina
Vidal Gómez Martínez, Blanca del Espino Hidalgo, María Teresa Pérez Cano

- 82** Manières d’habiter dans les zones montagnardes de la Méditerranée Occidentale: recherches sur les modèles d’habitat traditionnel de Chefchaouen
Leila Harabi

ENTRE FRONTEIRAS ENTRE LES FRONTIÈRES

- 87** “De Marvão vê-se tudo”, assim dizia José Saramago
Jorge de Oliveira
- 94** Topografias dos recintos murados da Pré-História recente do Alto Douro: o caso do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa)
João Muralha, Sérgio Gomes, Ana Vale, Vítor Oliveira Jorge
- 106** Estruturas de fronteira: arquitetura e povoamento em Ribacôa
Maria Isabel Lopes de Mendonça
- 112** Estremoz: assentamento e fronteira
Ana Costa Rosado

ENTRE ÁGUAS ENTRE LES EAUX

- 112** A arquitetura corrente do Baixo Guadiana através da arqueologia: a parcela do edifício dos antigos CTT de Alcoutim entre os séculos XV a XX
Marco Fernandes, Virgílio Lopes, Susana Gómez Martinez, Miguel Reimão Costa, Alexandra Gradim
- 116** La Cittadella di Gozo a Malta: un’acropoli nel cuore del Mediterraneo
Germano Germanò
- 123** *Telhados de tesouro* da Ribeira de Tavira — Modelos e tipologias da casas nobres entre os séculos XV e XVI
Ana Isabel Nascimento Santos
- 128** Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra. Revelar arquiteturas, percursos e horizontes lagunares
Pedro Miguel Mascarenhas de Brito, João Gabriel Candeias Dias Soares
- 134** Os povoamentos alcandorados da cidade de Lisboa em risco
Filipe Mário Lopes

ENTRE TEMPOS ENTRE LES TEMPS

- 139** Arquitetura de adobe em povoações alcandoradas de Portugal
Maria Fernandes
- 142** A aldeia de Prados no Programa de Renovação Rural: apontamentos para uma história das intervenções de reabilitação em áreas rurais no Estado Novo
Vítor Ribeiro
- 149** Identité architecturale et patrimonialisation de l’habitat en Kabylie
Zoulikha Ait-Lhadj, Messaoud Aiche, Miguel Reimão Costa
- 155** Uma ponte construída em taipa — Sobral da Adiça, Moura
Miguel Ferreira Mendes



Fig. 2 Castelo de Vilar Maior, vista do lado poente



Fig. 3 Fotografia registada no Alto do Facho, com Castelo Rodrigo em segundo plano

Ribacôa² e a fundação do concelho de Castelo Rodrigo, em 1209.

O alfoz de Castelo Rodrigo (Herculano, 1856: PMH-LC, 849) era constituído por três linhas fluviais – Douro, Águeda e Côa – e, no seu limite meridional, pela “via Colimbriana” que ligava Salamanca, Ciudad Rodrigo e Coimbra, tendo como ponto de passagem, no Côa, o “Porto de Carros”. Aos poucos, os monarcas leoneses foram reforçando o poder municipal. Para que estas terras dispusessem de maior dinamismo e vitalidade, o alfoz de Castelo Rodrigo foi repartido pelos concelhos de Almeida (c. 1217) e de Castelo Bom (1189-1230) (Santos, 2018, pp. 13-16).

A sul, constituindo cabeça de couto, com um alfoz que se estendia desde a foz do rio Cesarão, no rio Côa, às localidades espanholas de Navasfrías e Ginestosa³, o Sabugal, à semelhança de Castelo Rodrigo no aspeto geral da ocupação do ponto de vista militar e estratégico da Reconquista do território ribacudano (Nogueira, 1997, pp. 197-209), foi repartido de modo a que *facio populacionem naeam de Vilar Mayor et do ei istos términos*⁴. Afonso IX atribuiu a Vilar Maior, no início do século XIII⁵, um termo com um dos limites a ser *carrariam que vadit ad Val de Carros et intrat in Coa*; criou também o concelho de Alfaiates por divisão do vasto território do Sabugal.

Paulatinamente, as comunidades foram inscritas numa rede de lugares centrais e submetidas ao poder leonês. A partir de postos de vigia, em locais topograficamente adequados para essa função, e das vias terrestres, sugere-se a importância do alcance visual destes elementos. Por

sua vez, uma passagem de *Os Costumes e Foros de Castelo Bom* permite vislumbrar o destaque que as torres e castelos teriam na paisagem – característica denunciadora de uma lógica de importância maior em comparação com outras estruturas:

[...] *Isti sunt termini que partem entre castel bono et cibdat Rodrigo [...], et de castel bono com uilar mayor, per médio de castelo a castelo [...]*.
(Herculano, 1856: PMH-LC, 745)

O reforço da intervenção régia em Ribacôa neste período foi, também, uma consequência da separação dos reinos de Leão e Castela. O monarca de Castela tornou, aliás, proibida a passagem de Leoneses na principal estrada de ligação a Cáceres, Badajoz e Mérida. Deste modo, deu-se a revitalização da “calçada Dalmatia”, que projetou o desenvolvimento do território ribacudano. Por volta de 1171 foi confirmada a integração no espaço administrativo do bispado de Ciudad Rodrigo da herdade de Torre de Aguiar, localizada entre as ribeiras de Tourões e Aguiar, bem próximo de Castelo Rodrigo (Vicente, 1996b, p. 227).

Na Torre de Aguiar, de fundação romana, viveu uma comunidade que adotou os estatutos cistercienses⁶, fundando o mosteiro de Santa Maria de Aguiar que, ao longo dos séculos, tanto por iniciativa episcopal como régia, usufruiu da sistemática política de povoamento. Para além dos incentivos de Fernando II de Leão no apoio à comunidade cisterciense, também se enquadra nestas políticas de caráter fundacional a doação aos freires de São Julião do Pereiro de domínios próprios na proximidade de Cinco Vilas (Vicente, 1996b, pp. 44-52).

2. A reestruturação dionisina do território ribacudano

Do processo de consolidação da ocupação territorial, nesta região, no século XIII, destacamos a sistematização de uma “linha” de fronteira ao longo do Côa, pontuada pela oposição entre os castelos de Pinhel e Monforte de Ribacôa, Castelo Mendo e Castelo Bom ou Sortelha e Sabugal, todos eles, ainda, dialogando de um lado e outro da antiga fronteira dos reinos de Portugal e Leão (fig. 1).

⁶ Face às intenções de desenvolver o território por parte dos reis leoneses, Afonso Henriques reagiu com a doação aos monges cistercienses, em 1174, de uma vasta área entre a ribeira de Aguiar e o rio Águeda, estendendo-se até ao Douro. Os documentos de doação apenas se conhecem por registos do século XIV, de Petrus F'nt, que, entre 1169 e 1181, dirigiu a chancelaria régia. No entanto, a extensão do território doado poderá estar na origem da sua secundarização face às doações leonesas (Vicente, 1996a, 228).

² [...] *começam a surgir, a partir dos meados do século XI, as referências às Terras [...] [que] acabaria por conduzir, após uma fase de transição, à afirmação de um único castelo por cada território – o castelo cabeça-de-terra* (Barroca, 2008-09, p. 218).

³ ANTT, Livro 1 da Beira, fol. 62.

⁴ No qual integrava Alfaiates, Vilar Maior, Caria Talaya e Sabugal Velho. O documento de delimitação do alfoz não se encontra datado, mas supõe-se a sua fundação entre 1199 e 1219 (Nogueira, 1997, pp. 197-209). Outro aspeto curioso é a criação do couto de Sabugal, que corresponderia a uma entidade articulada ao bispado de Ciudad Rodrigo, como se percebe pela nota que consta do foro de Castelo Rodrigo: *Coutos dos quese alcançaren al rey. Estos son los coutos delos quese alcançaran al rey, conuiene saber: [...] per Saugal, dendê per sus terminos e dende aiuso, qui quese ir ala, peyte assi como dixo en outro lugar [...]* (Herculano, 1856: PMH-LC, 8, LXXII).

⁵ Sem datação, mas escritos em Latim bárbaro do início do século XIII, apresentam-se bastante desenvolvidos os Costumes e Foros de Alfaiates. A carta de povoamento de Vilar Maior é datada de 1227, atribuída na sequência da Reconquista cristã (ANTT, gaveta 18, m. 9, doc. 7).



Fig. 4 Almenara de Mata de Lobos

D. Dinis calculou a ocupação de Ribacôa⁷ procurando tornar consistente o “ordenamento do território” e a soberania sobre uma zona visivelmente fragilizada a nível político-administrativo. Por isso, após o Tratado de Alcanizes, D. Dinis foi responsável pela atualização das estruturas militares, ao longo da nova linha separatória⁸. No entanto, foram também outros registos de urbanidade – aldeias, póvoas novas e pequenas estruturas de vigia – que desempenharam um papel não menos importante na definição do espaço transfronteiriço⁹.

Com a expansão do território português – até às localidades de Aldea del Obispo, La Almedilla, La Alberquería e Navasfrías –, Monforte, Vila do Touro e Caria Talaia perderam a sua importância estratégico-militar. Vila do Touro continuou a ser habitada (Soromenho, 2008, p. 157), enquanto Monforte e Caria Talaia foram totalmente abandonadas. A última foi despovoada nas primeiras décadas do século XIV (Osório, 2010, pp. 61-78) e a comunidade populacional repartiu-se pelas póvoas de Rapoula e Ruvina.

3. Rede e tipos de estruturas militares

A posição constantemente vigilante dos castelos, conjugada com a rede de atalaias que pontuam os limites dos alfozes, denota, por um lado, a individualidade de cada concelho e, por outro, a definição de uma linha de

fortificações, da qual os castelos são a principal estrutura de defesa (fig. 2). Desta forma, a cada assentamento deveria corresponder uma simples atalaia ou reduto, uma passagem controlada ou fortificação. Designam, por exemplo, estes elementos da vida militar, pequenos postos de vigia (atalaias¹⁰, almenaras¹¹, fachos¹², sentinelas¹³, torres), acampamentos (alcarias, almofalas, alfaiates)¹⁴, portelas¹⁵ e portos secos¹⁶.

10 *Atalaya*, (...) he palavra Arabiga, de *Talayaa*, que quer dizer *Espia* ou *Sentinella*, que citá na torre, para dár aviso. (...) pequeno reduto em alguma eminencia, para descobrir algum movimento do inimigo, donde se fazem sinaes com certo numero de fachas, (...) se faz o sinal com fumos, & o soldado se chama *Vigia* (Bluteau, 1712-28, 1, p. 624).

11 *Almenáras* (...). *Erão fogos feitos nas torres, e atalayas, para dar rebate de inimigo, ou outros avisos convencionados* (Silva, 1813, p. 101).

12 *Facho*. (...) *Nas torres, & atalayas o facho he hum páo alto com outro em cima atravessado, (...) aonde se poem o fogo, quando parece inimigo, de noyte, ou de dia* (...) (Bluteau, 1712-28, 4, p. 9).

13 *Vigia. Espia. Sentinella* (...) (Bluteau, 1712-28, 8, p. 485).

14 *Marsá*, 1960, pp. 615-646.

15 *Portella da estrada*. (...) *P. Bento Pereyra lhe chama em Latim Ostium viae* (...) (Bluteau, 1712-28, 6, p. 633).

16 *Portos seccos, & molhados, chamão em Portugal às Alfandegas dos lugares, aonde as mercadorias, que entrão por agua, ou por terra, pagão certos direytos a ElRey, ou aos que tomáraõ este contrato*. (...) (Bluteau, 1712-28, 6, p. 636).

7 Em 1296, este monarca executou a “Campanha da Guarda” e invadiu o território vizinho, chegando a Simancas. Apesar da derrota e recuo da investida portuguesa, D. Dinis manteve militarmente os territórios ribacudanos e atribuiu cartas de foral às vilas de Castelo Rodrigo e Almeida, seguindo-se o Sabugal, Vilar Maior, Alfaiates e, por fim, Castelo Melhor. As crónicas de D. Fernando IV assinalam ainda a troca, efetuada a 28 de agosto de 1297, entre o rei de Leão e Castela e D. Margarida, mulher de D. Pedro, dos castelos e vilas de Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Almeida, Castelo Rodrigo, Castelo Bom e Castelo Melhor por Galisteo, Granada e Miranda – de modo a legitimar a posse das terras de Ribacôa, ocupadas pelo rei português. Toda esta ação legislativa e administrativa culminou a 12 de setembro de 1297, com o Tratado de Alcanizes, assinado por D. Dinis e Fernando IV, efetivando assim o domínio português sobre as terras de Ribacôa (Barroca, 2008-09, pp. 193-252).

8 O corolário deste processo seria a construção de torres de menagem no exterior dos castelos. Na zona de Ribacôa, D. Dinis promoveu reformas nos castelos de Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Almeida, Pinhel, Trancoso, Castelo Mendo, Castelo Bom, Sabugal, Vilar Maior e Alfaiates.

9 Nas inquirições de 1258, por exemplo, as referências avulsas denotam, por isso, a ruralidade instalada e a escassez de sinais de urbanidade: *per auteirum de Quadrazus et deide quomodo vertit aquam ad fundum fogio* (Inquirições gerais de Afonso III (1258) in Herculano, 1856: PMH-Inquisitiones, p. 893).



Fig. 5 Portela do Castelo de Monforte



Fig. 6 Alto da Sentinela e Portela de São Bernardo, em Escalhão



Fig. 7 Ponte de Sequeiros, em Valongo (José Carlos Callixto)

Atentando na toponímia, identificamos localidades como Porto de Ovelha, Valongo (*Portum Valongo*), Escabralhado (*Cabeçam Anaziado*) e Rebolosa (*Portum da Nave*) como um alinhamento estruturado de locais de controlo da passagem (para mercadorias, pessoas e animais) com respetivos portos e poldras, no rio Côa, na ribeira de Alfaiates e no rio Cesarão¹⁷. O ponto de passagem sobre o Côa, junto a Caria Talaia e Rapoula, constituía uma parte do percurso de rebanhos transumantes. O Porto de Carros (Santos, 2018, pp. 31-32), inscrito na antiga “via Colimbriana”, estabelece um vau de passagem próximo de Castelo Bom e de Castelo Mendo.

Nas proximidades de Almeida, a ponte seiscentista sobre o rio Côa veio substituir o vau no ponto do Nosso Senhor da Barca, estruturando as ligações com Espanha através dos caminhos por Malpartida-Escarigo ou Vale da Mula.

Outro espaço importante de atravessamento do Côa e de controlo do espaço transfronteiriço seria a ponte tardo-quatrocentista, próxima do espaço de fundação da Ordem de São Julião do Pereiro, inscrita numa via que passaria em Vilar Torpim, Vermiosa e Escarigo, com ligação a Lumbrales (Espanha). Na margem esquerda do Côa, efetuava a ligação com Pinhel, constituindo uma das rotas mais frequentadas dos caminhos de Santiago (Gonçalves, 1967, p. 16).

Por sua vez, as atalaias, fachos e almenaras complementarizavam a rede de intervisibilidades, ocupando uma posição intermédia entre castelos, como demonstra o Alto do Facho da Vermiosa (fig. 3). A maioria destas estruturas não era defensável, sendo ocupada por *ataleiros* ou *talaeiros* (Gomes, 2000, p. 207). Cabeçam de Anaziado (Escabralhado), Cabeçam do Cavalo (Nave de Haver), os pontos mais elevados das localidades Valongo e Almofala, designados, respetivamente, Cabeço da Atalaia e Cabeço do Facho, parecem indicar a relevância da expressão *cabeço*¹⁸ como indicativa da presença de postos de vigia nestes locais que se destacariam, precisamente, pela sua situação altaneira.

Creemos que a reestruturação dionisina almejou promover a evolução de um sistema de concelhos mantendo os laços de índole territorial da organização gentilícia das comunidades ribacudanas (Moreno, 1999, p. 125). Neste sentido, percebemos que a ocupação de lugares elevados (fig. 4) detinha uma enorme importância

na construção da rede defensiva ribacudana, em correspondência com fortalezas mais recuadas em relação à linha de fronteira.

Um bom indicador das estruturas militares e urbanas que remontam a períodos bem antigos é a topografia: alvéolos, “cabeços” e “penas altas” foram aproveitados especialmente pela capacidade defensiva e de vigilância que detinham.

Para além do controlo efetuado no atravessamento dos rios e ribeiros, encontram-se ainda pontos nos caminhos, designados “portelas” (Moreira, 2015, pp. 47-65), que deveriam ser vigiados pelas populações das aldeias (Matos, 2013, p. 151) ou dos castelos mais próximos (fig.5). Neste caso, algumas portelas parecem associar-se ao percurso de entrada numa povoação, como se constata no “Alto da Sentinela”, junto à “Portela de São Bernardo” (fig. 6), e o “Cancelo”, em Escalhão, ou nas portelas de Vilar de Amargo e Algodres.

4. Sistema fiscal e a fronteira no final do século XIX

Postulando um avanço temporal significativo, consideramos correlacionar a abordagem desenvolvida sobre o período medieval com as intervenções de demarcação da fronteira realizadas a partir do final do século XIX.

No final do século XV, as coordenadas de construção e extensão das estruturas do Estado nas regiões raianas passaram pela organização fiscal de fronteira, neste caso, correspondente às alfândegas fundadas nos almoxarifados de origem medieval¹⁹. Por sua vez, o inquérito demográfico da Beira Interior, realizado em 1496, no reinado de D. Manuel I, permite estabelecer o número de alfândegas em Ribacôa, enunciando-se as de Almeida e Sabugal (Alves Dias, 1982, pp. 108-113).

Constituíram, igualmente, uma forma de controlo do território, originando os respetivos assentamentos populacionais, os “portos secos”, os quais, nas vias mais frequentadas que cruzam a fronteira, se estabeleceram com o incremento do comércio entre Portugal e Castela, definindo e orientando os mercadores na sua direção (Almeida, 1978, Anexo 1). Algumas povoações da raia constituíram, assim, importantes lugares de controlo da passagem, para garantir que as mercadorias, importadas ou exportadas, pagassem os respetivos direitos.

O desenvolvimento do concelho do Sabugal primou pela necessidade de controlar a passagem sobre o Côa,

17 Carta de Afonso IX, o Sábio, 1227, 6 março. ANTT, gaveta 18, m. 9, doc. 7.

18 Cabeço. *A parte do monte mais alta.* (...) (Bluteau, 1712-28, 1, p. 11).

19 O almoxarifado da Guarda foi criado por D. Dinis (Oliveira, 1980, pp. 76-81).



Fig. 8 Registo fiscal de Figueira de Castelo Rodrigo

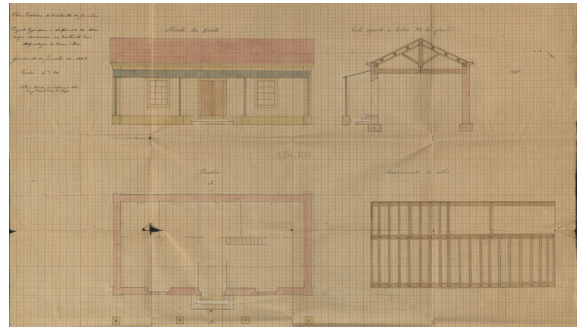


Fig. 9 Projeto-tipo das casas/quartéis da Guarda Fiscal da Secção de Barca d'Alva, para Escalhão, Mata de Lobos e Almofala (Arquivo Distrital da Guarda)

tal como se vigiavam os vaus de Caria Talaia, Porto de Ovelha, Porto de São Miguel (em Castelo Mendo) ou em Pinhel e nas barcas no rio Douro e na foz do Côa. Na ribeira de Alfaiates e no rio Cesarão, na mesma linha de defesa da fronteira de Alfaiates e Vilar Maior, identifica-se o porto seco da Rebolosa. A ponte de Sequeiros (fig. 7) inscreve-se, naturalmente, no mesmo tipo de iniciativa de controlar o atravessamento do rio, integrando, para tal, duas guardas nas extremidades do tabuleiro da ponte. Para além disto, em 1537, realizou-se uma demarcação geral da fronteira.

Contudo, estes melhoramentos não efetivaram um conhecimento muito preciso dos limites fronteiriços – algo que se manteve, na realidade, até ao século XIX. Como tal, aludimos, em primeira instância, para a fundação da Comissão Internacional de Limites, em 1855, constituída por uma equipa luso-espanhola que realizou o reconhecimento e a retificação da fronteira entre Portugal e Espanha²⁰. As ações de delineamento, descrição geográfica, levantamento cartográfico e posterior colocação de marcos reforçariam o controlo do Estado sobre os espaços transfronteiriços e as comunidades que os habitam, reduzindo as contendas territoriais e mitigando o contrabando – atividade que ganhou uma nova intensidade após a instauração do regime liberal em ambos os países (Pereira, 1997, pp. 563-589).

Associada a esta iniciativa, estatuiu-se o corpo da guarda fiscal, em 1885 (Diário do Governo, 281, 12-12-1885), verificando-se a *construção, reparação e alugueres de casas para quartéis, postos fiscais, arrecadações, depósitos de material e outras aplicações do serviço fiscal* (figs 8,9 e 10). em Barca d'Alva, Almeida, Vilar Formoso e Vale de Espinho (Diário do Governo, 43, 24-2-1886). Até à instauração da República, estas localidades constituem os primeiros pontos de operacionalização da guarda fiscal, com os referidos equipamentos associados: quartéis, armazéns, abrigos e postos de fiscalização. No que respeita às descrições geográficas vinculadas à administração das alfândegas, os pontos do território previstos de singular carácter estratégico, tanto por motivos militares, como por razões fiscais e policiais, requereram uma atitude

de desenho e projeto coordenada entre a comissão e a guarda fiscal, considerando o controlo atento das povoações, praças-fortes e castelos, localidades com representação alfandegária ou fiscal, caminhos, rios, portos secos e pontos de passagem (fig. 11). O resultado desta concertação surge documentado no *Plano de la linea fronteriza comprendida entre el río Duero y el río Tuela or Erjes* (1903), que constitui um “rascunho” do documento oficial para a proposta de delimitação, de 1906, anexada ao Tratado de Limites.

Do mesmo modo, em 1855, foi reestruturada a orgânica das alfândegas de Portugal, o que determinou a constituição do distrito alfandegário de Vilar Formoso, ao qual se associaram as secções de Barca d'Alva, Almeida e Vale de Espinho, a partir das quais eram geridos outros registos e postos da tutela das alfândegas nas várias localidades.

5. Considerações finais

As regiões raianas constituíram um espaço de grande cumplicidade para as comunidades, tanto pelas relações de convivialidade e familiares (Maragoto, 2012), como pelas ligações de cariz económico. Isto, porém, não descurou a necessidade do Estado e das comunidades organizarem militarmente o espaço transfronteiriço²¹.

A proteção física era um objetivo comunitário, preconizado pela fortificação do *habitat*, em particular, articulando o fim local consentâneo com um sistema de defesa aplicável a todo o território. Com efeito, as localidades alcandoradas desfrutariam de ampla visibilidade, pelo aproveitamento de sítios destacados na paisagem ou pela construção de estruturas predominantemente verticais. Por essa razão, a existência de uma atalaia inserida na localidade e/ou no seu termo seria suficiente para, por si só, assegurar a segurança das comunidades, controlando as vias terrestres e de atravessamento fluvial, vigiando e encaminhando sinais de alerta.

No século XIX, a edificação de novas estruturas de controlo fiscal, sob a égide do Estado, privilegiou, à semelhança do sucedido no período medieval, a inviolabilidade de certos caminhos, vaus e pontos de passagem, relacionando, por fim, as políticas de povoamento com a introdução de adaptações ao sistema estratégico-militar na fronteira ribacudana.

20 O importante contributo da comissão relaciona-se com o Tratado de Limites entre Portugal e Hespanha, assinado em 1864, após o qual foram necessários 40 anos para registar os levantamentos cartográficos (Dias, 2009, p. 10). Em 1906 era, finalmente, assinada a proposta de delimitação, apresentando a linha de fronteira terrestre descrita científica e minuciosamente (Gonçalves, 1998, p. 63).

21 Referimo-nos às ações régias realizadas, ao longo dos séculos, no sentido de adaptar as fortificações (Barroca, 2008-09; Rossa, 2008).



Fig. 10 Projeto para um posto fiscal da Alfândega de Barca d'Alva, em Escarigo (Arquivo Distrital da Guarda).



Fig. 11 Abrigos da Guarda Fiscal junto ao vau de passagem entre Escalhão e La Fregeneda

Bibliografia

- Álvarez, J. G. (2015). "Las Comisiones Mixtas de Límites y las representaciones geográficas de la frontera hispano-portuguesa (1855-1906)". *Revista de Historiografía*, 23, pp. 67-100.
- Alves Dias, J. J. (1982). "A Beira Interior em 1496: sociedade, administração e demografia". *Arquipélago. Série Ciências Humanas*, n.º 4.
- Barroca, M. (2000). "Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar da Beira Interior". *Beira Interior – História e Património*. Guarda: Câmara Municipal.
- Barroca, M. (2008-09). "De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira". *Portugalia*. Nova Série, vol. XXIX-XXX, pp. 193-252.
- Bluteau, R. (1712-28). *Vocabulário português & latino aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- Dias, M. H. (2009). *Finis Portugalliae – Nos confins de Portugal, Cartografia militar e identidade territorial*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército.
- Gomes, P. B. (2000). "Organização defensiva da fronteira beirã oriental: "Extremadura" e Ribacôa até ao século XIII". *Revista da Faculdade de Letras-História*, vol. XV-I, pp. 199-212.
- Gonçalves, I. (1967). "Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)". *Revista da Faculdade de Letras*, 3.ª série, n.º 11, pp. 143-158.
- Gonçalves, I. (1998). "Entre a Peneda e o Barroso: uma fronteira galaico-minhota em meados de Duzentos". *Revista da Faculdade de Letras-História*, pp. 63-77.
- Herculano, A. [1856] (1977). *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum...* Lisboa: Typis Academicis.
- Maragoto, E. S. (2012). "As falas das Elhas, Valverde e S. Martinho (Cáceres): origem galega ou portuguesa? (Apontamentos críticos à tese histórica da repovoação galega). Murguía". *Revista Galega de Historia*, 25, pp. 93-100.
- Marsá, F. (1960). "Toponímia da reconquista" in *Enciclopedia lingüística hispánica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. I, pp. 615-646.
- Mendonça, M. I. (2017). *Viver num espaço de fronteira. O território e o povoamento no Alto Côa*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto.
- Moreira, L. M. (2015). "Desenhar a linha: a fronteira luso-galega do Alto Minho na cartografia militar portuguesa dos séculos xvii-xix". *Revista de Historiografía*, 23, pp. 47-65.
- Moreno, H. B. (1999). "A Irmandade de Ribacôa: novos documentos" in Barroca, M. (coord.). *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Porto: FLUP, Pt. 2, pp. 121-129.
- Nogueira, J. D. (1997). "Os municípios medievais em Ribacôa" in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa: actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol*. 12-17 setembro. Lisboa: Universidade Católica, pp. 197-209.
- Oliveira, A. H. de (1980). *Ensaio de história medieval Portugal 2.ª ed*. Lisboa: Veja.
- Osório, M. (2010). "Sabugal Velho e Caria Talaia – duas morfologias de povoamento, a mesma cronologia". *Sabucale*, 2, pp.61-78.
- Pereira, M. da C. M. (1997). "O contrabando luso-espanhol no século XIX: o discurso dos teóricos". *Revista da Faculdade de Letras-História*, pp. 563-589.
- Rossa, W., et al. (2008). "Raia e cidade". *Monumentos*. Revista semestral do património e da reabilitação urbana. Dossiê: Elvas, cidade e envolvente, 28, pp. 6-21.
- Santos, J. M. dos (2018). *Os Costumes e Foros de Castelo Bom*. Lisboa: Colibri.
- Silva, A. Moraes (1813). *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina.
- Soromenho, M. (2008). "A Idade Moderna no Sabugal entre o manuelino e o renascimento". *Coleção Arqueológica do Museu do Sabugal*. Sabugal: Pró-Raia e Câmara Municipal, pp. 155-163.
- Vicente, A. B. (1996a). "A Fronteira de Ribacôa no tempo de D. Afonso Henriques" in *D. Afonso Henriques e a sua Época. Atas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*. vol. 2. Guimarães: Câmara Municipal.
- Vicente, A. B. (1996b). *Santa Maria de Aguiar - um mosteiro de fronteira: património rural e paisagem agrícola - séculos XII – XIV*. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Viso, I. M. (2002). "Espacio y poder en los territorios serranos de la región de Madrid (siglos X-XIII)". *Revista Arqueologia y Territorio Medieval*, 9.